

Mães reagem aos aumentos abusivos

Donas-de-casa, cabeleireira ou advogada, pouco importou a profissão, porque todas foram à reunião na Famerj como mães de alunos de escolas particulares para assumirem, algumas pela primeira vez na vida, uma posição clara contra os aumentos abusivos das mensalidades e até o não pagamento dos dias de paralisação. Umas bem-vestidas, moradoras na Zona Sul, outras do subúrbio, mais simples e de pouca conversa, apareceram na esperança de que a situação dos filhos fosse resolvida.

Pelas presenças, são as mães realmente que assumem a educação dos filhos e se preocupam com colégios e lazer nos 18 dias parados em casa. Alguns pais engenheiros, advogados e até professores, mais atuantes, também apareceram, mas em menor número. Cada uma contou histórias específicas do colégio onde seu filho estuda e a maioria aplaudiu o papel da imprensa, pois só foram à reunião porque leram o JORNAL DO BRASIL.

Revolta

A advogada Kátia Araújo, mãe de dois filhos que estudam no Edem (Escola Dinâmica de Ensino Moderno), de Botafogo, já não pagou a mensalidade deste mês por não concordar com o aumento, que representaria o dobro do que estava pagando até então. Vai consignar o pagamento em juízo e a mesma mensalidade de março (CZ\$ 1 mil para um filho e CZ\$ 995 para outro). Diz que gasta 30% da sua renda com escola e, como é separada do marido, os outros encargos domésticos ficam sacrificados. Comentou que um ou dois alunos do Edem pagam um professor.

Lourdes Calainho trabalha numa administradora de imóveis e não é raro levar algum dos três filhos para o trabalho. Assustou-se quando, três dias antes da greve, a direção da Escola Integrada do Leme comunicou novo aumento, que, acumulado, somou 135%. Pagou, mas hoje se arrepende. Decidida a não aceitar mais "as ordens dos donos de colégios", ela mobilizou as mães e ontem à noite fez

uma reunião em sua casa para discutir a criação de uma Associação de Pais.

Ontem, ela levou a filha Rita, cinco anos, para a reunião na Famerj, pois não tinha com quem deixar a menina. Revoltada, ela conta que começou o ano pagando CZ\$ 230 para o filho cagula de quatro anos estudar no pré-escolar. Hoje está pagando CZ\$ 840, a escola está fechada e "senti que minha produtividade no trabalho caiu". A sorte é que ela conta com a compreensão dos chefes, quando aparece com algum filho.

A cabeleireira Iracema Oliveira Silva, com salão no Flamengo, não abre mão de um direito: não quer pagar os dias parados. Contou que soube da mobilização de pais pelo JORNAL DO BRASIL e resolveu "bancar a briga" contra os donos do Colégio Zacharias, no Catete. Ela tem três filhos, é viúva e só um está no 2º grau — os outros estão na Faculdade Gama Filho —, e argumenta: "Quando colocamos filho no colégio, o compromisso é sempre unilateral, porque a direção sequer assina contrato e tripudia em cima da passividade dos pais". Ela procurou a Sunab, foi à Secretaria de Educação do estado e propôs a ida ao Palácio Guanabara a fim de que o governador fosse o mediador do impasse criado.

A situação também está crítica para as amigas Elizabeth Lannuzzi e Maria Tereza Borges Prata, técnicas em computação. Elas trabalham em tempo integral em Furnas e têm filhos estudando no Colégio Bennett, no Flamengo. Embora a escola só tenha aumentado até agora 35% — CZ\$ 800 para cada criança — resolveram engrossar o movimento para, segundo elas, "dar um basta nessa situação caótica do ensino particular". No início do ano, elas fizeram uma previsão de despesas com base no aumento de seus salários, só que a mensalidade ultrapassou e o equilíbrio econômico doméstico foi para o brejo.

Elizabeth Cidra é dona-de-casa, tem dois filhos, sendo que um estuda no Centro Integrado de Ensino Moderno da Tijuca. A mensalidade de CZ\$ 240 passou para CZ\$ 600. O pior, diz ela, é que o

colégio alegou, para justificar o aumento, que iria instalar ventiladores no colégio. "Se continuar assim, vou tirar meu filho da escola", decidiu.

Roupa simples, calada a um canto do auditório da Famerj, a ex-enfermeira Débora de Souza foi uma das poucas que não tiveram coragem de se manifestar em público. Moradora em Bangu, disse que estava com vergonha de falar, mas ouviu atenta as discussões e saiu satisfeita. Sua filha Vânia, 15, estuda no Colégio Atlas, do bairro, e pagava no início do ano CZ\$ 158. Em março, a direção aumentou para CZ\$ 559, o que lhe obrigou a procurar a escola e expor sua situação. Nessa conversa, ela conseguiu um abatimento de CZ\$ 100, para não tirar a filha da escola, já que foi ameaçada.

— Sei que não é muito para quem tem um bom salário — observou —, mas meu marido me deixou, tenho outra filha mais velha e sustento minha casa na Vila Kennedy com metade do salário mínimo que o ex-marido dá de pensão. Além disso, cuido de duas crianças pobres para sobreviver. Não posso pagar os dias em que o colégio ficou fechado, muito embora eu não entenda nada disso. Só sei que dói no meu bolso e não vejo por que pagar por uma coisa que não tive. Alias, não estou entendendo mais nada, pois, no início do ano, o próprio colégio sugeriu que os alunos não comprassem livros. Não sei como estão estudando.

No meio do burburinho das mães, o engenheiro argentino Carlos Emilio Cature não se conformava com a situação de sua filha, que estuda no Jardim II da Escola Suíça, em Santa Teresa. A mensalidade, que era de CZ\$ 750, em dezembro, subiu para CZ\$ 1 mil 870 a partir de janeiro, o que significa um aumento de 150%.

— Não paguei ainda — disse — porque a mensalidade vence hoje. Mas estou decidido a não pagar, pois vou aguardar os acontecimentos e ver até que ponto os pais que sustentam os colégios e as viagens dos donos à Europa têm força para aguentar essa briga.

Fotos de Carlos Rosa



Para os alunos, grandes ou pequenos, os dias sem aula aumentaram as horas de lazer